

Melancolia, medo e formas de economia política
no breve século XX:
de Eric Hobsbawm a Thomas Piketty

Melancholy, fear and forms of political economy
in the short 20th century:
from Eric Hobsbawm to Thomas Piketty

João Rodrigues

João Rodrigues

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia
ORCID: 0000-0001-7595-3162

MELANCOLIA, MEDO E FORMAS DE ECONOMIA POLÍTICA NO BREVE SÉCULO XX: DE ERIC HOBBSBAWM A THOMAS PIKETTY

Partindo do conceito de “melancolia de esquerda”, proposto por Enzo Traverso, este artigo explora o olhar melancólico de Eric Hobsbawm sobre as formas de economia política do “breve século XX”, sublinhando a sua hipótese sobre o papel que o medo do comunismo desempenhou nas possibilidades de reforma social-democrata. Argumenta-se que o olhar retrospectivo da própria intelectualidade social-democrata, na história ou na economia política, é hoje por uma convergência com o diagnóstico pioneiro de Hobsbawm.

Palavras-chave: medo; melancolia; capitalismo; comunismo; economia política.

MELANCHOLY, FEAR AND FORMS OF POLITICAL ECONOMY IN THE SHORT 20TH CENTURY: FROM ERIC HOBBSBAWM TO THOMAS PIKETTY

Drawing on the concept of “left-wing melancholia”, introduced by Enzo Traverso, this paper explores Eric Hobsbawm’s melancholic perspective on the short twentieth century. It evaluates Hobsbawm’s hypothesis about the role of fear of communism in social-democratic reforms and argues that social-democratic intellectuals, both in history and political economy, share his pioneering diagnosis.

Keywords: fear; melancholy; capitalism; communism; political economy.

MÉLANCOLIE, PEUR ET FORMES D’ÉCONOMIE POLITIQUE DANS LE COURT XXE SIÈCLE : D’ERIC HOBBSBAWM À THOMAS PIKETTY

S’inspirant du concept de « mélancolie de gauche » proposé par Enzo Traverso, cet article explore la vision mélancolique d’Eric Hobsbawm sur les formes d’économie politique du « bref XXe siècle », en mettant l’accent sur son hypothèse concernant le rôle que la peur du communisme a joué dans les possibilités de réforme sociale-démocrate. Il y est soutenu que le regard rétrospectif de l’intelligentsia sociale-démocrate elle-même, dans l’histoire ou l’économie politique, est aujourd’hui en convergence avec le diagnostic pionnier de Hobsbawm.

Mots-clés : peur ; mélancolie ; capitalisme ; communisme ; économie politique.

1. Introdução

O historiador Enzo Traverso identificou e valorizou um feixe de emoções e de sentimentos políticos, sobretudo presente no marxismo depois de 1989, que designou por “melancolia de esquerda” (Traverso, 2016). Implicando uma visão da história despojada de qualquer vestígio teleológico, de qualquer crença no progresso imanente, esta melancolia não é nova e perpassa ocultamente a esquerda revolucionária. Estas emoções prevalecem em certas conjunturas históricas, marcadas pela derrota e pelo reconhecimento introspectivo de perdas mais ou menos irreparáveis, constituindo em si mesma uma tradição por resgatar (Traverso, 2016). Trata-se, então, de refletir não apenas sobre a derrota do socialismo, ou sobre o lastro deixado pelo correlativo triunfo, já com décadas, da variante neoliberal de capitalismo, mas também sobre a forma como estes dois processos articulados na economia política internacional mudaram a relação entre memória, história e ação política num campo ideológico particular.

Traverso argumenta que a melancolia de esquerda pode ser necessária para resgatar uma certa memória letalmente ameaçada do socialismo, embora se foque mais na rememoração da sua dimensão utópica do que nas suas concretizações e efeitos reais. Sem esquecer os tão enfatizados e tantas vezes descontextualizados crimes, cometidos em nome do socialismo, é preciso não obliterar os seus hoje menos enfatizados feitos e efeitos internacionais (Losurdo, 2015). Como Traverso de resto reconhece, os “fantasmas que perseguem a Europa hoje em dia não são os das revoluções do futuro, mas os das derrotadas revoluções do passado” (Traverso, 2016, p. 2020). A melancolia causada pela perda, real ou imaginária, implica, assim, simultâneas e constantes rememorações, aprendizagens históricas e superações políticas, essenciais para renovar o conhecimento e a esperança, para reencontrar uma versão melhorada do que se julga ter perdido, mesmo quando, ou sobretudo quando, tudo parece militar contra esse princípio de redescoberta.

Na sua análise, navegando entre memória e história, Traverso omite a tradição social-democrata ocidental, igualmente atravessada por um olhar melancólico sobre o passado perdido, em particular sobre os “trinta gloriosos anos” das chamadas economias mistas ocidentais, num contexto histórico marcado pela Guerra Fria. Aqui, podemos dizer que os fantasmas que perseguem a Europa, mas também os Estados Unidos da América (EUA), não são os das reformas do futuro, mas os das derrotadas ou ameaçadas reformas do passado, isto se a palavra reforma não tivesse sido capturada pelo neoliberalismo há várias décadas. A ponte entre as tradições marxista e social-democrata pode ser feita pela obra de Eric Hobsbawm. A sua história do “breve século XX” – *Era dos Extremos* – não se resume a uma “apologética e melancólica” “tentativa de historicizar o comunismo” na síntese de Traverso (2016, p. 29). Tratou-se, antes, de articular as trajetórias da social-democracia e do comunismo, fazendo apelo a uma outra emoção e sentimento, muitas vezes associada à melancolia, o medo. De facto, entre outros fatores, seguindo a hipótese interpretativa de Hobsbawm, o medo do marxismo oriental, do que construiu Estados socialistas, a certa altura poderosos, contribuiu para o sucesso político-institucional da social-democracia ocidental, aceite pelas classes dominantes como um mal menor a seguir a 1945. E sem este contexto de medo da revolução, vinda de dentro e de fora, a forma de economia política que Hobsbawm acabou por favorecer numa avaliação “realista” retrospectiva – a economia mista – parece politicamente mais difícil de defender e de

aprofundar, mesmo em contexto de crise do neoliberalismo (Hobsbawm, 2009). A idêntico diagnóstico acabarão por chegar, nos seus próprios termos, vários historiadores e economistas políticos social-democratas, algum tempo depois de Hobsbawm, mas na sua esteira, embora muitas vezes implícita.

Sublinhar o papel do medo na história do breve século XX permite ter um retrato mais completo das várias declinações da melancolia de esquerda, mas também de uma trajetória partilhada, orientada para o futuro, de marxistas que reconheceram o fracasso do planeamento económico centralizado e de social-democratas que não se renderam ao neoliberalismo, antes reconhecendo o seu enraizamento institucional e custos sociais. Assim se pode ir para lá de uma excessiva valorização do impulso utópico, presente em Traverso (2016, p. 20) no seu algo nebuloso “projeto revolucionário para tempos não revolucionários”, talvez filho da ausência da economia política e das suas formas institucionais historicamente concretas no seu trabalho de articulação entre memória e história.

2. A hipótese melancólica do medo na história do breve século XX

Na sua história dos usos e abusos do medo na teoria política liberal, em geral, e na sua inscrição na economia política dos EUA, em particular, Corey Robin afiança que o medo político é um sentimento coletivo socialmente construído e que serve fundamentalmente para proteger um determinado *status quo*, para “reforçar a distribuição social de poder e de recursos”, tendo por isso um viés conservador, que bloqueia a expansão igualitária das liberdades positivas (Robin, 2006, p. 179). Identifica aí duas formas de medo na prática fundidas, mas analiticamente distintas. Em primeiro lugar, o medo recíproco, horizontal, governaria as relações entre dominantes e dominados numa dada sociedade, ajudando precisamente a reproduzir as desigualdades de onde medra. Em segundo lugar, o medo serviria para alimentar uma clivagem política vertical, entre um “nós” e um “eles”, este último visto como exterior a uma certa comunidade política, seja estrangeiro ou não. Numa obra posterior sobre a história da “mentalidade reacionária”, Robin (2011) defendeu que o medo foi um dos ingredientes do combate conservador contra todas as lutas pela igualização de condições. Num debate, de 2014, sobre “a história e os usos políticos de uma emoção”, com o historiador Patrick Boucheron, Robin fez duas adições relevantes e que introduziram uma nuance enriquecedora nos seus argumentos originais. Em primeiro lugar, sendo “endémico a qualquer sistema de dominação”, a distribuição do medo conta, ou seja, interessa saber se são mais os dominados que temem a poderosa discricionariedade dos dominantes, ou se são sobretudo estes que temem a mobilização coletiva, eventualmente subversiva, dos plebeus (Boucheron e Robin, 2019, p. 40). Em segundo e correlativo lugar, “o núcleo do problema não é a oposição entre a ausência e a presença do medo, mas antes a pergunta de ordem normativa: como avaliar se se trata de um medo política e moralmente saudável?” (Boucheron e Robin, 2019, p. 41). Na sua resposta, Boucheron, autor de um livro sobre representações políticas do medo na Siena do século XIV, fez uma avaliação lapidária da presente forma de economia política capitalista: “a relação de forças é tão favorável aos empregadores que a situação se tornou maquiavélica: já não têm interesse na virtude, que, no entanto, está na base da República, segundo Maquiavel” (Boucheron e

Robin, 2019, p. 44). A presente distribuição dos medos não é, então, política e moralmente saudável e já houve mais equilíbrio social e político, conclui Boucheron de forma melancólica.

A atual relação de forças foi precisamente antecipada, há mais de três décadas, por Eric Hobsbawm, uma figura ausente da história intelectual de Corey Robin e deste debate, mas que fez do medo e da sua distribuição um ingrediente fundamental da história contemporânea. O fim do “breve século XX” (1914-1991) foi visto como um momento em que ocorreu uma maciça redistribuição do medo, de cima para baixo, deixando a burguesia de ter medo, entre outras razões, devido ao colapso da grande alternativa sistêmica ao capitalismo, assim desprovido de freios e contrapesos em várias escalas. Quatro anos antes de publicar a influente *Era dos Extremos*, logo em 1990 e totalmente em contracorrente, considerou que “o principal efeito de 1989” foi o seguinte: “os ricos deixaram, até ver, de estar amedrontados”. Era então claro para Hobsbawm que “tudo o que fez com que as democracias ocidentais fossem habitáveis para os seus povos”, da segurança social a uma certa estabilidade laboral, passando pela diminuição das desigualdades, “foi o resultado do medo” (Hobsbawm, 1990, p. 21).

O medo socialmente localizado, o medo burguês, tinha tido três formas altamente complementares e que estavam a ser deflacionadas da década de oitenta em diante, ao mesmo tempo que se inflacionava o medo nas classes trabalhadoras cada vez mais desorganizadas. Em primeiro lugar, tinha sido um “medo dos pobres”, em particular das classes trabalhadoras organizadas, que tinha pelo menos instituído freios e contrapesos internos ao poder estrutural de classe que advém do controlo dos ativos da economia capitalista, tendo-o feito através de uma democracia baseada no sufrágio universal e com um conteúdo socioeconómico redutor das desigualdades. Em segundo lugar, tinha sido um “medo de uma alternativa que existia e que podia espalhar-se, sobretudo através do comunismo soviético” (Hobsbawm, 1990, p. 21). Em terceiro lugar, tinha sido um medo da instabilidade das formas liberais de capitalismo, que tinham desembocado numa Grande Depressão, entretanto esquecida. O que Hobsbawm (1990, p. 21) apodou de “modo Keynes-Roosevelt de salvar o capitalismo” instituiu-se, assim, na sombra do medo da crise económica e do seu eventual desenlace comunista, sobretudo depois da derrota da alternativa nazifascista em 1945.

Quatro anos depois deste diagnóstico, “a ausência de uma ameaça política credível, como o comunismo e a existência da União Soviética”, era vista como um dos maiores obstáculos políticos ao “regresso do realismo” (Hobsbawm, 1994, p. 574). Realismo começava por ser o reconhecimento de que a economia política neoliberal, que designou de “utópica” ou de “teologia sem adesão à realidade”, não respondia aos problemas, antes os agravava, das “décadas de crise universal ou global”, do desemprego de massas às desigualdades de rendimentos e de riqueza crescentes, passando pela crise ecológica. Neste último campo, por exemplo, era já claro para Hobsbawm que “para a humanidade ter um futuro, o capitalismo dos anos de crise não podia ser o futuro”, sendo um dos paradoxos do final do século o facto de o planeamento ser necessário num momento histórico em que, graças ao desaparecimento do socialismo, parecia duradouramente relegado para o campo da história das ideias económicas (Hobsbawm, 1994, p. 570). Esta era, aliás, uma das várias razões para considerar “o colapso do socialismo soviético” um acontecimento “dramático” e “com consequências sobretudo negativas” (Hobsbawm, 1994, p. 9).

Ao mesmo tempo, Hobsbawm olhava para a história da economia política do breve século e assinalava que “os milagres económicos tinham sido realizados contra o *laissez-faire* e não por este”, que o comércio livre tinha sido uma das causas da depressão, enquanto o protecionismo tinha ajudado a superá-la, ou que a “terapia de choque” estava a falhar espetacularmente nos antigos países socialistas. Isto levava-o a concluir, com a força das suas razões, que, tal como a “utopia soviética” tinha soçobrado, a “utopia neoliberal” “não duraria muito”, até porque estava a propiciar as condições para a ascensão da “ultradireita” (Hobsbawm, 1994, pp. 475-476). No entanto, as razões da relação de forças, incluindo o alastramento aparentemente imparável da globalização capitalista, puxada precisamente pelos processos de neoliberalização dos Estados, pareciam militar contra este simétrico reconhecimento do fracasso de utopias económicas institucionalmente monistas. O mecanismo principal continuava a ser a ausência de medo entre as classes dominantes dos países centrais e a correspondente ausência de “incentivo para a reforma”, dados “o colapso da União Soviética, o declínio e fragmentação da classe trabalhadora e a insignificância militar numa guerra convencional do Terceiro Mundo” (Hobsbawm, 1994, p. 576).

A institucionalmente pluralista economia mista tinha sido uma variável e subteorizada combinação institucional de elementos do capitalismo e do socialismo, da regulação pelos mercados à regulação pelo plano, que tinha florescido em circunstâncias históricas tão peculiares quanto paradoxais, marcadas pelo desenvolvimentismo e pela social-democracia, de um lado, e pelo comunismo, do outro lado da Guerra Fria. O efeito absolutamente paradoxal deste último tinha sido precisamente o de ter criado o incentivo para a adoção parcial, por parte do capitalismo, de uma forma institucional, o plano, tomado “de empréstimo” à União Soviética, que o tinha introduzido de forma pioneira em tempo de paz (Hobsbawm, 1994, p. 270). O planeamento indicativo, a economia mista, tinha sido desde sempre considerado por neoliberais como Hayek (2009 [1944]), ele próprio um dos principais alvos intelectuais de Hobsbawm, como um “pântano do meio”, uma estação de paragem temporária no “caminho para a servidão”. A ascensão do neoliberalismo, por sua vez, tinha sido em parte função do apagamento da memória “dos medos que tinham levado o sistema a reformar-se a seguir à Segunda Guerra Mundial” e dos benefícios da economia mista nos trinta anos subsequentes (Hobsbawm, 2012, p. 417). Em plena crise financeira internacional, a maior desde a Grande Depressão, Hobsbawm (2009) reconheceria a durabilidade do neoliberalismo, confirmando os seus custos sociais, ao mesmo tempo que reafirmava que “o futuro, como o presente e o passado, pertence às economistas mistas, em que o público e o privado são articulados de uma forma ou de outra. Mas como? Este é um problema hoje para toda a gente, em especial para as pessoas de esquerda”. O problema do “como” tornou-se um problema epistemológico e político. Hobsbawm era demasiado realista para achar que o capitalismo mudaria espontaneamente. Afinal de contas, no final do principal livro que escreveu depois de a *Era dos Extremos*, a sua autobiografia, já tinha feito um apelo: “Não desarmemos, mesmo em tempos insatisfatórios. A injustiça social tem de ser denunciada e combatida. O mundo não melhorará por si só” (Hobsbawm, 2002, p. 418). Este otimismo da vontade era aí combinado com o pessimismo do intelecto, tal como comandava Antonio Gramsci, uma das suas referências intelectuais e políticas:

Dez anos depois do fim da União Soviética, é possível que o medo tenha voltado (...) No entanto, graças ao enfraquecimento da social-democracia e à desintegração do comunismo, o perigo vem dos inimigos da razão; fundamentalistas religiosos e etnotribais e xenófobos, entre eles os herdeiros do fascismo (...) O mundo ainda se arrependerá de, perante a alternativa formulada por Rosa Luxemburgo, o socialismo ou a barbárie, ter escolhido contra o socialismo (Hobsbawm, 2002, pp. 280-281).

Richard Evans é autor de uma volumosa biografia de Hobsbawm (Evans, 2019). Foi justamente criticado por Robin (2019) por estar mais interessado na relação do historiador com os seus editores do que na contextualização e análise das suas ideias, que teriam sido marcadas pelo medo de que o capitalismo não fosse superável ou sequer controlável. Por contraste, Gregory Elliot tinha já escrito uma breve e incisiva biografia intelectual do historiador, destacando o seu pensamento político em articulação com o trabalho historiográfico (Elliot, 2010). Aí defende que a visão de Hobsbawm (1994) sobre as formas de economia política no breve século XX, em geral, e sobre o papel da União Soviética, em particular, subestimam a “lógica intrinsecamente contraditória do capitalismo”, que endogenamente gera forças sociais que o desafiam. E isto leva a uma sobrestimação do papel exógeno desempenhado pelo medo que o modelo soviético gerou entre os ricos, com uma intenção ou, pelo menos, com um efeito político: “A grande causa da vida de Hobsbawm, diminuída nas suas pretensões de alguma vez ter constituído um genuíno desafio sistémico ao capitalismo foi, retrospectivamente, exonerada, tanto pelos seus efeitos indiretos no capitalismo, como nas consequências não intencionais que nele teve” (Elliot, 2010, p. 111).

Note-se, em primeiro lugar, que os trabalhos de Hobsbawm revelam, até ao fim, uma aguda e reconhecida atenção às potencialidades e concretizações políticas das classes trabalhadoras, no quadro de um capitalismo tão mutável quanto contraditório (Hobsbawm, 2012). O que Hobsbawm sempre rejeitou, isso sim, foi uma visão “obstetrícia” da história, tal como a designou Cohen (2001), eivada de traços deterministas, em que o capitalismo estaria prenhe da sua negação e em que a classe operária politicamente cada vez mais organizada faria o parto. E, dos anos 1980 em diante, Hobsbawm foi obrigado, como qualquer historiador atento e comprometido, a uma necessária constatação, com múltiplas implicações históricas: a derrota sistemática das classes trabalhadoras e a desarticulação das suas principais organizações sindicais e partidárias. Foi precisamente por valorizar os subalternos como agente político que Hobsbawm conseguiu ter uma visão tão brutalmente realista, quanto certamente melancólica, sobre a relação de forças dos anos 1980 em diante, usando o medo e a sua distribuição como um indicador qualitativo, captando, também de forma metafórica, mecanismos fundamentais nas relações sociais e internacionais hierarquizadas.

Registe-se, em segundo lugar, que a União Soviética, com todas as contingências económico-políticas da sua constituição e consolidação, é filha de uma revolução socialista indissociável da Primeira Guerra Mundial (Hobsbawm, 1994). E esta, por sua vez, tem nas formas imperialistas do capitalismo histórico uma causa primacial, o que de resto torna a distinção entre dinâmicas internas e externas ao capitalismo menos nítida, sobretudo quando analisamos a obra de Hobsbawm no seu conjunto e nos focamos no plano da análise histórica das relações e conexões internacionais (Hobsbawm, 1989 [1987]).

Finalmente, atente-se que Elliot não contesta a pertinência da hipótese interpretativa, forjada por Hobsbawm, sobre o lugar e os efeitos do medo do comunismo entre as elites capitalistas, depois de derrotado o nazifascismo, com o decisivo concurso da União Soviética. Elliot escarpeliza e sublinha a natureza política da interpretação de Hobsbawm. É claro que a análise dos factos históricos está irremediavelmente entrelaçada com valores. Seja como for, a organização das classes trabalhadoras ocidentais e a presença de um campo socialista revelaram ser funcionalmente complementares para a reforma social-democrata do capitalismo. Esta foi uma relação tão paradoxal quanto umbilical, se bem que desconfortável para quem nesses campos políticos gostaria de atentar apenas nas distâncias criadas pelo binómio reforma ou revolução; desconfortável também para quem foi influenciado pelo chamado liberalismo do medo, típico da Guerra Fria, em relação aos “totalitarismos” – “a revolução russa deu ao reformismo uma segunda fundação: medo do comunismo e da União Soviética” (Hobsbawm, 2012, p. 412).

A hipótese sempre foi controversa. Foi, por exemplo, criticada por um dos principais historiadores do comunismo, que considerou negativo o “efeito indireto” do comunismo na reforma do capitalismo ocidental, sem, no entanto, aduzir argumentos dignos de nota para esta avaliação explicitamente contrária a Hobsbawm (Pons, 2014). Preferiu antes argumentar que a hegemonia norte-americana, feita de poder, força militar e internacionalismo, essa sim, foi a resposta ao comunismo, o seu “efeito direto” principal a seguir à Segunda Guerra Mundial (Pons, 2014, pp. 317-318). No entanto, como argumentou implicitamente Westad (2017, pp. 220-222), na sua história da Guerra Fria, os dois efeitos, indireto e direto, não podem ser separados, dado que a hegemonia dos EUA no campo ocidental se deu num quadro de “comércio e investimento [politicamente] geridos”, dando margem de manobra aos países ocidentais para institucionalizarem Estados sociais que “evitassem a radicalização política” das classes trabalhadoras. Ou seja, e retomando os termos de Robin (2004), os argumentos sobre a distribuição do medo horizontal entre as classes sociais, no quadro interno das economias capitalistas desenvolvidas, a seguir à Segunda Guerra Mundial, não podem ser compreendidos sem atentar na distribuição do medo vertical, externo, criado pela Guerra Fria, ou seja, pela existência de uma alternativa sistémica à hegemonia dos EUA na forma do campo socialista liderado pela União Soviética.

É importante sublinhar, entretanto, que o papel atribuído por Hobsbawm à ausência de medo – anteriormente sentido pelas elites capitalistas, económicas e políticas –, devido à crise dos socialismos, torna saliente a importância deste sentimento, com uma declinação socioeconómica e política variada, na sua tetralogia sobre a história do “longo século XIX” (1789-1914) e do “breve século XX” (1914-1991). Teria assim havido uma “dança dialética” entre revolução e contrarrevolução, entre dominantes e dominados, desde a Revolução Francesa. Historicamente, o medo entre as elites teria tido consequências políticas variadas e contrastantes. Por exemplo, usando lentes realistas em termos de relações internacionais, isto era o que Hobsbawm (1996 [1962], p. 99) tinha a dizer sobre o Congresso de Viena de 1815: “Os reis e estadistas não eram mais sábios ou pacíficos do que antes. Estavam era infinitamente mais amedrontados”. Isto criou um poderoso incentivo à pacificação das relações internacionais até à Guerra da Crimeia, dada a relação umbilical entre guerra e revolução a evitar a todo o custo. O ponto importante aqui é que o medo da revolução foi um mecanismo mobilizado por Hobsbawm

antes da *Era dos Extremos* para explicar como, em certos contextos, as mentes das classes dominantes estiveram concentradas em gerar soluções funcionais. E o contrário também é verdadeiro. Por vezes, o medo da revolução empurrou setores influentes da burguesia para o apoio a soluções politicamente autoritárias e socioeconomicamente regressivas: da desconfiança em relação ao sufrágio universal, parte do liberalismo histórico no século XIX, aos fascismos e outros autoritarismos capitalistas, em face da ameaça revolucionária nos anos 1920.

Na sua história do medo burguês e da sua relação com as liberdades políticas, e baseando-se precisamente em *A Era das Revoluções* de Hobsbawm, Marc Mulholland privilegia a exploração do lado literalmente reacionário das classes burguesas, aventando que “o liberalismo [político] da burguesia é direta e inversamente proporcional à independência e militância da classe trabalhadora” (Mulholland, 2012, p. 303). Daí a sua hipótese de que “o declínio e queda do comunismo” tenha tido “um efeito catalisador na revolução democrática global” dos anos 1980 em diante, já que “a sociedade burguesa civil e os seus patrocinadores no Ocidente podiam agora aderir ao constitucionalismo popular sem medo de estarem a abrir a porta à subversão comunista” (Mulholland, 2012, p. 272). Isto teria acontecido especialmente em áreas do que até aos anos 1980 se convencionou chamar Terceiro Mundo. No entanto, esta democratização foi frequentemente superficial e limitada. Os países ficaram muitas vezes submetidos ao neoliberal Consenso de Washington, tendo perdido a capacidade de arbitrar entre dois campos socioeconómicos e ideológicos distintos, o que lhes permitia, por vezes, ganhar margem de manobra nesse processo. Como assinalou Sara Lorenzini na sua história global das ideias e práticas do desenvolvimento, “foi o medo do comunismo que criou incentivos para o desenvolvimento” (Lorenzini, 2019, p. 4).

Note-se que a hipótese de Mulholland não contradiz a de Hobsbawm, antes chamando a atenção para a necessidade de a circunscrever ao que se chamou de Primeiro Mundo desenvolvido. Já a transição do chamado Segundo Mundo, do socialismo para o capitalismo, deu-se num quadro neoliberal, sem considerações pelas classes trabalhadoras, muito diferente do contexto que presidiu à reconstrução do capitalismo ocidental a seguir à Segunda Guerra Mundial: “a principal razão para esta mudança” argumentaram dois teóricos políticos liberais interessados em explicar a recessão democrática aí registada recentemente, “foi o desaparecimento da ameaça comunista e o corolário de que não eram requeridos esforços especiais para manter a lealdade dos trabalhadores ao sistema no seu conjunto” (Holmes e Krastev, 2019, p. 62). Apesar de Hobsbawm não ser referido, a hipótese explicativa é muito similar.

Como se verá na próxima secção, o casamento entre capitalismo neoliberal e democracia política revelou ser particularmente problemático, até porque a globalização reduziu fortemente a base material da soberania nacional, condição necessária para a democracia. Talvez este padrão explique a adesão à hipótese de Hobsbawm por parte setores da social-democracia com fortes razões para terem um olhar melancólico em relação ao passado, uma vez que constatarem a dependência das formas institucionais advogadas na economia política em relação à “ameaça” revolucionária.

3. Medo e melancolia social-democratas

Muitos julgaram que a crise financeira de 2007-2008 seria para o neoliberalismo o que a queda do Muro de Berlim foi para o comunismo e Hobsbawm (2009) não foi exceção. No entanto, “a estranha não-morte do neoliberalismo” (Crouch, 2011) forçou ainda mais muitos economistas políticos e historiadores social-democratas a indagar, nos anos seguintes, acerca das circunstâncias históricas, eventualmente únicas e irrepetíveis, que “geraram a esplêndida anomalia de um capitalismo relativamente igualitário”, algures entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 1970 (Kuttner, 2018, p. 48). E, neste processo, muitos, sem terem tido alguma vez qualquer simpatia pela causa comunista, chegaram à conclusão de Eric Hobsbawm, embora nem sempre se lhe refiram.

Num livro que tem por título aquela que é, talvez, a questão mais importante nas presentes circunstâncias históricas – “será que a democracia pode sobreviver ao capitalismo global?” –, o economista político social-democrata Robert Kuttner argumenta precisamente que, longe de ser uma parceria natural, a relação entre democracia e capitalismo é intrinsecamente tensa. A democracia só pôde florescer no quadro do que designa por economias mistas e este tipo de economia só pode ser institucionalizada no quadro de Estados nacionais com vontade e capacidade para criar “poderes compensatórios” ao potencialmente antidemocrático poder estrutural do capital. A democracia é aqui indissociável dos ganhos institucionais, económico-políticos, das classes trabalhadoras (da desmercadorização das relações laborais e de sistemas de provisão cruciais à captura laboral dos ganhos de produtividade, passando pela política económica de pleno emprego). Estes ganhos, por sua vez, requereram um contexto institucional assente em mecanismos nacionais de regulação da finança e do comércio internacionais (incluindo controlos à entrada e saída de capitais e um certo proteccionismo, da agricultura aos serviços) e na articulação entre bancos centrais e tesouros nacionais, em que os primeiros estavam subordinados às prioridades definidas pelos segundos (Kuttner, 2018).

Todo este quadro institucional esteve no centro da economia política keynesiana. E esta, como Mann (2017, p. 366) argumentou detalhadamente na mesma altura, foi, na sua elaboração intelectual e política, sempre “perseguida pela memória da revolução e da turbulência, pela consciência da ameaça de rejeição popular da ordem existente” e pela necessidade de as esconjurar, através de uma abordagem “farmacológica” à economia política e à política económica, evitando a crise económica, o desemprego e o crescimento das desigualdades, indissociáveis de certas formas de capitalismo. Dado que “a revolução amedrontará sempre o keynesianismo”, os seus “espíritos políticos animais” basear-se-ão sempre numa combinação de “medo e de esperança”; medo da revolução e esperança na salvação da “civilização capitalista”, através do abandono do liberalismo económico, resgatando as liberdades políticas (Mann, 2017, p. 387). O problema é que hoje o medo já não é o da revolução e daí a natureza abastardada do keynesianismo realmente existente, um expediente temporário para socializar os custos das crises, como se viu em 2007-2008 ou, de novo, na resposta à crise pandémica.

Depois de décadas de erosão e desaparecimento dos freios internos e externos ao poder do capital, o tipo de circunstâncias políticas que geraram o “capitalismo democrático” parece irrepetível, originando um olhar melancólico a partir dos EUA:

De facto, nos anos 1930, tínhamos uma depressão que minou a legitimidade do capitalismo puro e dos capitalistas. Tínhamos a União Soviética, que constituía uma ameaça geopolítica e uma alternativa ideológica. E tínhamos também o Presidente populista progressista mais consequente da história dos EUA, usando os poderes expandidos do Estado democrático para constranger o capital e ajudar a gente comum – num círculo virtuoso que progressivamente aumentou a legitimidade do Estado e da economia mista (Kuttner, 2018, p. 286).

Se “hoje o capitalismo democrático é uma contradição nos termos”, se é mais fácil vislumbrar o fim da democracia do que o fim de uma forma de capitalismo socialmente desigual, economicamente medíocre, politicamente oligárquica e ambientalmente insustentável, parte da explicação reside na ausência de uma “ameaça” equivalente à da União Soviética (Kuttner, 2018, p. 283). Eric Hobsbawm não é aqui referido e, aliás, não costuma sê-lo na economia política social-democrata, mesmo quando esta mergulha na história. A verdade é que antecipou muitas das tendências expostas e identificou mecanismos relevantes, insiste-se.

Já na igualmente melancólica historiografia de matriz social-democrata interessada na ascensão do neoliberalismo, a hipótese de Hobsbawm sobre o medo tem ganho um lugar de relevo. Um excelente exemplo disso é a história da ordem neoliberal, da autoria do historiador Gary Gerstle (Gerstle, 2022). Aí argumenta, desenvolvendo e precisando explicitamente a hipótese de Hobsbawm, que “o poder e o medo desencadeados pela ameaça comunista foram em grande medida esquecidos”, sendo por isso subestimados nas análises históricas sobre as transformações institucionais registadas no capitalismo, em especial no norte-americano, o seu principal objeto de estudo (Gerstle, 2022, p. 11). Partindo do conceito de “ordem política”, entendida como conjunto persistente de arranjos institucionais, consensos políticos-ideológicos e coligações sociais que duram para lá dos ciclos políticos-eleitorais, Gerstle contrasta “a ordem do *New Deal*” com a “ordem neoliberal” que lhe sucedeu. Um dos mais poderosos sinais da formação de uma ordem é a aceitação dos seus elementos essenciais pelos seus adversários políticos. No caso da ordem do *New Deal*, Gerstle sublinha a sua aceitação pelos republicanos da linha Eisenhower nos anos 1950. Uma das principais razões para tal facto foi que “o medo do comunismo tornou possível o compromisso de classe entre trabalho e capital subjacente” a esta ordem. Esta pista, de resto, já tinha sido seguida por Josep Fontana, decano catalão da história económica (Fontana, 2017). Pode mesmo dizer-se que se tornou um marcador das histórias críticas do século. A própria aceitação institucional de muitas das reivindicações antirracistas do movimento dos direitos cívicos tem de ser lida num quadro internacional, dado que a União Soviética fazia do racismo estrutural nos EUA um elemento da sua ação, neste aspeto bem mais consistente, junto de muitos países do Terceiro Mundo nos anos 1950 e 1960. No fundo, o trabalho de Gerstle sublinha o processo de diminuição das desigualdades internas propiciado pela “ameaça comunista”, polemizando com os que consideram que o anticomunismo nos EUA serviu sobretudo para travar avanços progressistas. Neste sentido, argumenta que a queda do comunismo foi absolutamente decisiva para explicar a transformação do movimento neoliberal numa ordem política nos anos 1990, sobretudo com a aceitação e o aprofundamento pelos “novos democratas” da linha Clinton (“o Eisenhower da esquerda”) da herança institucional de Reagan na economia política norte-americana: “a queda do comunismo é uma

parte central da história do triunfo neoliberal” (Gerstle 2022, p. 11). A sua análise histórica tem a vantagem de ajudar a precisar a relação entre os processos de neoliberalização, que são anteriores à queda do comunismo – afinal de contas, o próprio Hobsbawm (2012) defendeu que, desde os anos 1970, “Lénine e Bernstein perderam as suas esperanças” –, e o seu entranhamento institucional por via da sua aceitação por aqueles que até aí se tinham oposto no fundamental, apesar das concessões já registadas nos anos 1980. A distinção entre movimento neoliberal, em fluxo e anterior a 1989-1991, e ordem neoliberal, mais entranhada, desempenha um papel crucial na análise histórica.

A partir de diferentes disciplinas, Kuttner e Gerstle convergem no olhar crítico que lançam à história recente, particularmente à evolução da social-democracia, associada nos EUA à ordem do *New Deal*, à sua colonização pelo neoliberalismo, no contexto da crise do comunismo. No contexto europeu, a social-democracia também confirmaria e reforçaria, na viragem da década de 1980 para a de 1990, o abandono de muitos dos seus compromissos com o pleno emprego e o Estado social, aceitando a partir daí que a expressão “reforma estrutural” passasse a ter um significado neoliberal e entrando numa crise intelectual e política decisiva neste processo de abdicação. Numa parte importante do continente europeu, a natureza da integração europeia, em particular a partir da institucionalização da União Europeia, foi crucial para trancar os Estados numa trajetória neoliberal com a cumplicidade da social-democracia: mercado único, moeda única e, consequentemente, política neoliberal tendencialmente única.

Logo em 1994, o historiador marxista Perry Anderson formulava uma questão, ao mesmo tempo que sintetizava a história dos recuos social-democratas num mapeamento político do continente:

Outrora, nos anos fundadores da Segunda Internacional, tinha por objetivo o derrube do capitalismo. Depois tentou realizar reformas parciais concebidas como passos graduais para o socialismo. Finalmente, passou a ser favorável ao Estado-providência e ao pleno emprego no quadro do capitalismo. Se agora aceita a destruição do primeiro e o abandono do segundo, em que tipo de movimento se irá tornar? (Anderson, 1994b, p. 20).

Donald Sassoon, historiador de matriz social-democrata e autor de uma importante história da esquerda europeia nestes anos de refluxo do socialismo, respondia que esta “era a esquerda que restava” (Sassoon, 2019 [1996], p. 444). Era a única que, tendo sido capaz, através de um processo contínuo de adaptação, não só de sobreviver, mas de encarnar ainda de forma institucionalmente consequente alguns valores relevantes no campo da igualização de condições. Reconhecia, no entanto, que a queda do comunismo tinha contribuído para acentuar a sua diluição político-ideológica, com uma aceitação do papel crescente das forças de mercado. Quase um quarto de século depois, olhando para uma paisagem política para si desoladora, Sassoon reconhecia implicitamente a validade da questão de Anderson. Assinalando o esvaziamento político-eleitoral desta esquerda, denunciava a sua adesão aos termos do consenso neoliberal, dada a austeridade e as privatizações, inimagináveis, na sua intensidade e no seu alcance, há três décadas (Sassoon, 2020). No fundo, quando o que resta é uma corrente social-democrata crescentemente diluída, nada parece restar, a não ser a rememoração de um tempo em que este movimento tinha uma base social de apoio relevante, capaz, num contexto internacional peculiar, de impor concessões a capitalistas relativamente amedrontados.

No início do processo histórico de construção da hegemonia neoliberal, John Kenneth Galbraith, um dos teóricos dos “poderes compensatórios” de natureza regulatória ou sindical, que tinham estado na base da prosperidade partilhada a seguir à Segunda Guerra Mundial, resumia, com ironia, o credo ideológico que estava sendo institucionalizado nos EUA e não só: “Os pobres não trabalham porque têm demasiados rendimentos; os ricos não trabalham porque não têm rendimentos suficientes. Expande-se e revitaliza-se a economia dando menos aos pobres e mais aos ricos” (Galbraith, 1982, p. 32). O aumento das desigualdades de rendimento e de riqueza, sem que isso de se traduza, antes pelo contrário, num maior dinamismo das economias, tem sido assim um dos traços salientes das formas neoliberais de capitalismo, levando, em particular nas últimas duas décadas, ao florescimento do seu estudo numa parte da ciência económica mais atenta às dinâmicas históricas.

As narrativas otimistas de história económica, fruto de uma conjuntura anterior a 1989, apontavam para um padrão histórico em U invertido na trajetória do capitalismo: um aumento das desigualdades nas fases iniciais de desenvolvimento, seguido de uma redução tendencial mais ou menos automática. Thomas Piketty (2013), um economista social-democrata francês, teve o grande mérito intelectual de ter identificado a tendência para um U sem inversão à vista, com os anos 1980 como período de em que a desigualdade começou a aumentar. E daí o medo e a melancolia que perpassa a sua obra: no capitalismo, se nada for feito, sobretudo do ponto de vista fiscal, os rendimentos de capital (r) crescem sempre mais velozmente do que a economia (g) no seu todo, o seu icónico $r > g$. Esta relação foi acompanhada pela saliência científica, com traduções políticas, ganha por outro padrão empírico que emergiu da sua investigação: o da concentração de rendimento e de riqueza no 1% da população no topo da pirâmide nos EUA. As consequências destes padrões são “ameaçadoras para as nossas sociedades democráticas”, afirmou (Piketty, 2013, p. 942). A questão que se coloca neste contexto é a seguinte: ameaçadoras para quem dentro dessas sociedades com desigualdades de classe tão explicitamente vinculadas? Razão tinha Hobsbawm para garantir, no final da vida, que se estava a redescobrir que “o capitalismo não é a resposta, mas sim a questão” (Hobsbawm, 2012, p. 417). Afinal de contas, o período de guerras e revoluções, com os seus lastros institucionais, tinha sido reconhecidamente excecional na redução das desigualdades no quadro deste sistema.

Branco Milanović (2016), igualmente uma referência no campo dos estudos empíricos sobre desigualdade económica, convergiu com Piketty na importância atribuída às duas guerras mundiais na diminuição das desigualdades, por via da destruição de capital e da subida de impostos, argumentando, precoce e adicionalmente, que o seu inegável e generalizado aumento nos países mais ricos a partir da década de 1980 se deveu, naturalmente entre outros fatores, ao fim do comunismo (Milanović, 2015). O efeito da presença comunista, surgida na esteira da Primeira Guerra Mundial e expandida a seguir à Segunda Guerra Mundial ao nível do sistema de Estados, ter-se-ia manifestado na anterior compressão das desigualdades económicas de duas formas: “benignamente”, através da dupla ação política dos partidos comunistas e socialistas e dos sindicatos por eles influenciados; “malignamente”, através do que era visto a ocidente como a ameaça político-militar soviética. Aliás, esta realidade talvez ajude a explicar que os países capitalistas europeus geograficamente mais próximos do bloco comunista, na fronteira europeia

da Guerra Fria, da Escandinávia à Áustria, tenham registado as reduções mais significativas das desigualdades (Milanović, 2015). Em suma, “o poder político dos partidos socialistas e comunistas e o exemplo [em termos de redução sem precedentes das desigualdades internas] e a ameaça militar da União Soviética travaram políticas que favoreciam os ricos mediante a limitação do poder do capital” (Milanović, 2016, p. 98). Embora, uma vez mais, Hobsbawm não seja referido, é caso para voltar a sublinhar como a sua hipótese teve tração em várias áreas.

Em 2019, 30 anos depois de 1989, Piketty respondia aos seus críticos, que o haviam acusado de subestimar a história político-ideológica, relegando para uma nota de rodapé o algo mecânico $r > g$ no centro da sua análise anterior (Piketty, 2019). Num fresco histórico mais rico, Piketty atribuía agora uma enorme importância ao papel da Revolução Bolchevique e da criação da União Soviética na crise do que apoda criticamente de ideologia “proprietarista”, que tinha marcado o longo século XIX e contribuído para gerar uma desigualdade de rendimentos e de riqueza sem precedentes históricos. Por muito crítico que fosse do “desastre comunista”, Piketty reconhecia o seguinte facto que, aliás, persegue toda a sua história sobre a emergência de sociedades social-democratas, da fiscalidade à pluralização dos direitos de propriedade, com o correspondente aumento dos seus deveres: “A existência de um contramodelo comunista na União Soviética desempenhou um papel essencial, por um lado, para impor uma agenda ambiciosa a atores e partidos conservadores que frequentemente a não desejavam, e, por outro, para acelerar o processo de descolonização nos impérios coloniais europeus e a extensão dos direitos cívicos nos EUA” (Piketty, 2019, p. 55). Este último aspeto merece ser sublinhado, já que muito do anti-imperialismo, em geral, e do anticolonialismo e antirracismo, em particular, são incompreensíveis sem o apoio do movimento comunista e do seu principal Estado. As dinâmicas de igualização são multidimensionais.

Dedicando centenas de páginas às discussões sobre os impostos progressivos que incidem sobre o rendimento e a riqueza e seus efeitos positivos, Piketty indica como esta possibilidade fiscal, violentamente recusada em tantos contextos liberais antes de 1917, passou a ser aceitável face “ao medo da revolução”, à nova ameaça da nacionalização dos ativos: “comparada com o risco de uma expropriação generalizada, o imposto progressivo parecia agora menos ameaçador” (Piketty, 2019, p. 546). Inversamente, o “desprestígio” crescente da União Soviética, a partir dos anos 1970, devido, entre outras causas, à estagnação da época de Leonid Brejnev e ao seu aprofundamento nos anos 1980, é indissociável da fulgurante ascensão do que apoda de ideologia “neoproprietarista”, ou seja, de blindagem político-institucional favorável a uma conceção da propriedade privada irrestrita, na sua extensão e intensidade, regressando o mundo a um padrão desigual anterior ao breve século XX: “A queda da União Soviética começou por abrir um novo período de fé sem limites na propriedade privada do qual ainda não saímos inteiramente” (Piketty, 2019, p. 598). E é esta incapacidade político-ideológica para superar o neoliberalismo que explica precisamente o olhar melancólico em relação a um certo passado institucional também por parte de intelectuais social-democratas preocupados com o crescimento das desigualdades.

Voltar a meter medo?

Enzo Traverso (2016, p. 29) contrastou a obra de Eric Hobsbawm com a do historiador liberal François Furet, em particular a sua história do comunismo, sintomaticamente intitulada *O Passado de uma Ilusão*, publicada um ano depois de a *Era dos Extremos*: enquanto este “escrevia com a arrogância do vencedor”, aquele tinha “a pena afiada pela consciência da derrota”. É verdade que Furet decretou que “o comunismo acaba numa espécie de nada” (Furet, 1996 [1995], p. 11). Mas também é verdade que considerou a ausência de alternativas sistêmicas à “democracia burguesa” uma “condição demasiado austera e contrária ao espírito das sociedades modernas para que possa durar”, prevendo que a queda do comunismo “continuará a gozar, na opinião do mundo, de circunstâncias atenuantes e talvez venha a ser objeto de uma admiração renovada” (Furet, 1996 [1995], p. 569).

As circunstâncias do capitalismo, crescentemente desprovido de freios e contrapesos, a redistribuição do medo entretanto operada, o incremento das desigualdades e das crises, poderão tornar mais visível a revisitação do papel do comunismo e da União Soviética, na esteira inaugurada precisamente por Eric Hobsbawm. Não se trata tanto do “espírito das sociedades”, referido por Furet, quanto das dinâmicas historicamente concretas do capitalismo realmente existente sem oposição.

Domenico Losurdo, por exemplo, valorizou os efeitos externos positivos da experiência comunista, particularmente na redução das hierarquias sociais (reforma social-democrata) e internacionais (anticolonialismo), sendo uma versão radical desta linha e concluindo: “talvez o que Edgar Quinet disse sobre a Revolução Francesa no seu tempo, se aplique também à Revolução Bolchevique: ‘as pessoas que a realizaram, não foram as que dela beneficiaram’” (Losurdo, 2015, p. 298).

Mesmo o insuspeito Pierre Rosanvallon, um dos historiadores que, a par de François Furet, mais contribuiu para “reintroduzir na história francesa uma sensibilidade liberal” (Chabal, 2015, p. 158), defendeu que a presente ausência do que apodou de “reformismo do medo” explicaria parte da perversa “crise da igualdade” cidadã nas sociedades atuais (Rosanvallon, 2011). Afinal de contas, o espectro da revolução, desde o final do século XIX, teria tido a sua utilidade para a reforma, mesmo que social-liberal. Nesta esteira, entre o liberalismo e a social-democracia, o historiador Tony Judt, um dos críticos denodados tanto da tradição marxista francesa, como do compromisso político de Eric Hobsbawm, acabou a defender que “se a social-democracia tem um futuro, será como uma social-democracia do medo” (Judt, 2010, p. 227). Esta teria então de ser capaz de revalorizar as instituições comunais como a melhor resposta ao seguinte facto bruto: “nós entrámos na era do medo” (Judt, 2010, p. 217).

A questão é sempre quem é este “nós” amedrontado pela “insegurança” social crescente? Responder-lhe implica recolocar no centro da análise o conflito social em múltiplas escalas e as formas de economia política que lhe subjazem. Uma outra questão pode também ser colocada neste contexto: será que um arranjo institucional comunal, mesmo que naturalmente parcial, pode sobreviver com base numa certa memória e na exaltação de virtudes morais defensivas, quando as elites não são confrontadas com ameaças sistêmicas ao seu poder, internas ou externas, como o foram no passado? No fundo, trata-se, como escreveu um editorialista do *The Guardian*, de ter consciência da seguinte

tarefa da política, guiados por uma certa visão melancólica da história: “amedrontar os capitalistas tanto quanto o comunismo o fez” (Chakraborty, 2019). O que fazer para que tal aconteça, não foi, nem podia ser, tarefa para este artigo. Afinal de contas, os seus propósitos foram modestamente melancólicos.

Agradecimentos

Este artigo nasceu de uma comunicação, com o mesmo título, apresentada no *Congresso Internacional Pensar o Século XX – Olhares do século vinte e um*, organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares, que se realizou na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, entre 1 e 3 de fevereiro de 2023. Agradeço a Luís Trindade, um dos coorganizadores, o estímulo e os comentários. Este artigo também beneficiou muito da leitura generosa de Álvaro Garrido, Ana Cordeiro Santos, António Rafael Amaro, Bernardo Teles Fazendeiro, José Reis e Vera Ferreira. Todos os erros e omissões que ainda possam permanecer são da minha inteira responsabilidade.

Bibliografia

- Anderson, P. (1994). Introduction. In: P. Anderson & P. Camiller (Eds.), *Mapping the West European Left* (pp. 1-22). Londres: Verso.
- Boucheron, P. & Robin, C. (2019). *El miedo. Historia y usos políticos de una emoción*. Madrid: Clave Intelectual.
- Chakraborty, A. (2019). The task of politics is to scare the capitalists as much as communism did. *The Guardian*, 14 de novembro. Recuperado de: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/nov/14/task-politics-today-scare-capitalists-communism>.
- Chabal, E. (2015). *A Divided Republic. Nation, State and Citizenship in Contemporary France*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cohen, G. A. (2001). *If You're an Egalitarian, How Come You're So Rich?* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Crouch, C. (2011). *The Strange Non-death of Neo-liberalism*. Cambridge: Polity.
- Elliot, G. (2010). *Hobsbawm. History and Politics*. Londres: Pluto.
- Evans, R. (2019). *Eric Hobsbawm: A Life in History*. Oxford: Oxford University Press.
- Fontana, J. (2017). *El siglo de la revolución*. Barcelona: Crítica.
- Furet, F. (1995). *O passado de uma ilusão. Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*. Lisboa: Presença, 1996.
- Galbraith, J. K. (1982). Recession Economics. *New York Review of Books*, 4 de fevereiro. Recuperado de: <https://www.nybooks.com/contributors/john-kenneth-galbraith/>.
- Gerstle, G. (2022). *The Rise and Fall of the Neoliberal Order*. Oxford: Oxford University Press.
- Hayek, F. (2009, 1.^a ed. 1944), *O caminho para a servidão*. Lisboa: Edições 70.
- Hobsbawm, E. (1962). *The Age of Revolution, 1789-1848*. Nova Iorque: Vintage, 1996.

- Hobsbawm, E. (1987). *The Age of Empire, 1875-1914*. Nova Iorque: Vintage, 1989.
- Hobsbawm, E. (1990). Goodbye to All That. *Marxism Today*, outubro, 18-23.
- Hobsbawm, E. (1994). *The Age of Extremes – The Short Twentieth Century 1914-1991*. Londres: Michael Joseph.
- Hobsbawm, E. (2002). *Interesting Times. A Twentieth Century Life*. Londres: Allen Lane.
- Hobsbawm, E. (2009). Socialism has failed. Now capitalism is bankrupt. So what comes next? *The Guardian*, 10 de abril. Recuperado de: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2009/apr/10/financial-crisis-capitalism-socialism-alternatives>.
- Hobsbawm, E. (2012). *How to Change the World. Tales of Marx and Marxism*. Londres: Abacus.
- Judt, T. (2009). Eric Hobsbawm and the Romance of Communism. In T. Judt (Ed.) *Reappraisals: Reflections of the Forgotten Twentieth Century* (pp. 116-128). Nova Iorque: Penguin.
- Judt, T. (2010). *Ill Fares the Land*. Londres: Allen Lane.
- Krastev, I. & Holmes, S. (2019). *The Light that Failed. A Reckoning*. Londres: Penguin.
- Kuttner, R. (2018). *Can Democracy Survive Global Capitalism?* Nova Iorque: Norton.
- Lorenzini, S. (2019). *Global Development. A Cold War History*. Nova Jérsei: Princeton University Press.
- Losurdo, D. (2015). *War and Revolution. Rethinking the Twentieth Century*. Londres: Verso.
- Mann, G. (2017), *In the Long Run We Are All Dead: Keynesianism, Political Economy and Revolution*. Londres: Verso.
- Milanović, B. (2015). Did Socialism Keep Capitalism Equal? *Social Europe*, 27 de agosto. Recuperado de: www.socialeurope.eu/did-socialism-keep-capitalism-equal.
- Milanović, B. (2016). *A Desigualdade no Mundo: Uma Nova Abordagem para a Era da Globalização*. Lisboa: Actual.
- Mulholland, M. (2012). *Bourgeois Liberty and the Politics of Fear: From Absolutism to Neo-Conservatism*. Oxford: Oxford University Press.
- Piketty, T. (2013). *Le capital au 21^e siècle*. Paris: Seuil.
- Piketty, T. (2019). *Capital et Idéologie*. Paris: Seuil.
- Pons, S. (2014). *The Global Revolution. A History of International Communism*. Oxford: Oxford University Press.
- Robin, C. (2004). *Fear. The History of a Political Idea*. Oxford: Oxford University Press.
- Robin, C. (2011). *The Reactionary Mind. Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford: Oxford University Press.
- Robin, C. (2019). Eric Hobsbawm: The Communist that Explained History. *New Yorker*, 9 de maio. Recuperado de: <https://www.newyorker.com/books/under-review/eric-hobsbawm-the-communist-who-explained-history>.
- Rosanvallon, P. (2011). *La société des égaux*. Paris: Éditions du Seuil.
- Sassoon, D. (1996). *One Hundred Years of Socialism. The West European Left in the Twentieth Century*. Londres: I. B. Tauris, 2019.
- Sassoon, D. (2020). The Rise and Fall of Europe's Workers' Movement. *Tribune*, 1 de maio. Recuperado de: <https://tribunemag.co.uk/2020/05/the-rise-and-fall-of-europes-workers-movement>.
- Traverso, E. (2016). *Left-Wing Melancholia: Marxism, History, and Memory*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Westad, O. A. (2017). *The Cold War. A World History*. Londres: Penguin.

